

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/05/2010 Edição nº 129

Vigilantes e bancários defendem participação efetiva da categoria na definição de políticas de segurança privada



Boaventura, Chico Vigilante e Ministro Luiz Paulo Barreto

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, apresentou ao ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, as reivindicações da categoria para assegurar a melhoria da segurança privada no País. Entre as principais demandas estão o combate efetivo à vigilância clandestina e uma participação dos trabalhadores na definição de políticas de segurança no ambiente bancário. Os vigilantes também querem atuar firmemente para assegurar a segurança da população durante eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Boaventura, acompanhado do secretário de assuntos parlamentares da CNTV, Chico Vigilante, e da diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) Marilza Speroto, entregou um documento ao ministro detalhando cada uma das demandas de vigilantes e bancários. “Convivemos diariamente com os problemas da violência em nossa rotina de trabalho e, embora tenhamos consciência dos aspectos específicos que envolvem o trabalho de vigilantes e de bancários, temos disposição para atuar juntos em ações que garantam a segurança dos trabalhadores e dos usuários do sistema financeiro”, disse o presidente da CNTV.

Os representantes dos vigilantes e dos bancários lembraram

ao ministro que são os trabalhadores as principais vítimas da violência e dos ataques de criminosos às agências. E apresentaram o que consideram equívocos da Legislação, como a permissão do Departamento de Polícia Federal para que, no horário de almoço dos trabalhadores, haja uma redução do quantitativo de vigilantes nas agências. “Isso facilita, como os registros policiais têm demonstrado, a ação dos criminosos”, argumentaram.

Eles defenderam, ainda, um mecanismo efetivo de combate a atividades ilegais no setor, como os conhecidos “bicos” de policiais. “O tema segurança no ambiente bancário e o controle e fiscalização da segurança privada requerem ações e diretrizes do Estado, em consonância com as contribuições dos trabalhadores e do conjunto da sociedade indispensáveis à defesa da vida e ao combate às empresas de segurança que agem de forma contrária à Lei”, sustentaram.

O ministro mostrou-se sensível às demandas e propôs uma maior interação entre governo, trabalhadores e outros agentes envolvidos no debate sobre segurança privada. Segundo Luiz Paulo Barreto, é necessária a participação efetiva em pelo menos duas frentes: Legislativa, para aperfeiçoamento e proposta de leis específicas que envolvam todos os temas relacionados à segurança privada no país e Executiva, onde os trabalhadores devem ter participação assegurada em mesas permanentes que debatam ações relacionadas à temas como a regulamentação da profissão de vigilante e a fiscalização sobre empresas não legalizadas.

“Tenho interesse em ouvir os profissionais do ramo de segurança privada. Acho que já chegou a hora de agentes públicos e privados trabalharem em sintonia em prol do interesse da comunidade. Os vigilantes precisam ter um link direto com as polícias para casos de emergência, assim como os policiais tem que aproveitar o arsenal de informações que os vigilantes obtêm por estarem inseridos de maneira mais próxima à comunidade”, declarou o ministro.

No próximo dia 7, um novo encontro vai reunir representantes do Ministério, dos Vigilantes e dos Bancários para debater soluções para as propostas apresentadas.

